

**HABEAS CORPUS Nº 561.653 - RJ (2020/0035580-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA CHAVES  
**ADVOGADO** : FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA CHAVES -  
RJ122392  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO  
**PACIENTE** : LUCIANO DOS SANTOS MIGUEL  
**PACIENTE** : CRISTIAN GOMES BRANDAO  
**OUTRO NOME** : CRISTIAN GOMES BRANDÃO CONCEIÇÃO  
**PACIENTE** : ITAMAR SILVA JUNIOR  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCIANO DOS SANTOS MIGUEL, CRISTIAN GOMES BRANDÃO (OUTRO NOME: CRISTIAN GOMES BRANDÃO CONCEIÇÃO) e ITAMAR SILVA JUNIOR, contra v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da apelação criminal n. 0018809-15.2012.8.19.0066.

Depreende-se dos autos que os pacientes foram absolvidos em primeira instância.

Inconformado, o Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao apelo ministerial para condenar os pacientes pela prática dos crimes previstos no art. 159, **caput**, do Código Penal, e art. 1º, inciso I, alínea "a" e § 4º, inciso III, da Lei 9.455/97, ambos em concurso material, a pena total de 10 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, em v. acórdão assim ementado:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE  
EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO, ASSOCIAÇÃO  
CRIMINOSA E TORTURA. ABSOLVIÇÃO. IRRESIGNAÇÃO*

**MINISTERIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO ANTE A SUFICIÊNCIA DO CADERNO DE PROVAS.**

*1- Pretensão punitiva estatal que merece ser parcialmente acolhida. In casu, com base nos álibis apresentados por ocasião dos interrogatórios, bem como olvidando da idoneidade do reconhecimento efetivado pela vítima, o sentenciante entendeu que não havia provas suficientes para se impor a condenação. Entretanto não pairam dúvidas quanto a prática das condutas delituosas, ao menos no que diz respeito a extorsão mediante sequestro e tortura. A materialidade restou positivada no auto de exame de corpo de delito da vítima, Autos de Apreensão de cordas de nylon algemas e celulares; Laudo de Exame em Local (imóvel cativo), Laudo de Exame de Veículo, Laudo de Exame de Objetos, e históricos de ligações de terminais telefônicos. No que diz respeito à autoria, além dos reconhecimentos realizados pela vítima em sede distrital e judicial terem sido idôneos, esta conseguiu relatar toda a dinâmica delitiva com coerência e segurança, sendo ainda corroborada pela testemunha que assistiu seu arrebatamento, e pelos policiais que investigaram a atuação dos apelados.*

*2- Apesar de não ter logrado a obtenção do valor do resgate, o crime de extorsão mediante sequestro, por ser de natureza formal, resultou consumado na sua modalidade simples. As circunstâncias elencadas no §1º, art.159 do CP não restaram confirmadas ne espécie. Segundo prova oral, o sequestro não durou mais de 24 (vinte e quatro) horas, e, embora imputado pelo crime de associação criminosa, entende-se que a conduta prevista no art.288 do CP não restou configurada ante a inexistência de uma união estável e permanente entre o apelado e corréus, não sendo suficiente o mero concurso de pessoas para o reconhecimento da qualificadora em apreço ou do crime autônomo de quadrilha. Noutra banda, o crime de tortura ficou demonstrado diante do narrado pela vítima, o qual descreveu todo tipo de agressão física e psicológica a que foi submetido. Além do mais, no Exame de Corpo de Delito restou consignado que as lesões gravadas no seu corpo foram produzidas por meio de tortura. Com efeito, mesmo sendo tais delitos cometidos no mesmo contexto fático, há de se convir que possuem objetividade jurídica diversa, motivo pelo qual incide a regra do art.69 do CP.*

*3- Dosimetria da pena. Apesar de o parquet ter realizado uma análise negativa das circunstâncias judiciais, no caso, verifica-se que, além de os apelados serem primários, em consonância com a pena fixada ao corréu Jeferson no julgamento da apelação 0046476-73.2012.8.19.0066, e com o princípio da isonomia para o delito de extorsão mediante sequestro, fixa-se a mesma pena base, ou seja, no patamar mínimo legal. Para o*

*delito de tortura, estabelece-se a pena base no quantitativo mínimo legal. Considerando a incidência da causa de aumento prevista no inciso III, §4º, art.1º da Lei nº9.455/97, majora-se a reprimenda em um sexto. Tendo em vista a incidência da regra prevista no art.69 do CP, promove-se cúmulo material. Diante da pena imposta, e considerando o preconizado pelos §§2º e 3º, art.33 do Código Penal, estabelece-se o regime prisional fechado.*

*4- Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez reconhecida a prática do crime de tortura, de acordo com a legislação especial aplicável a este delito, a perda do cargo público é efeito automático e obrigatório da condenação, ex vi do art. 1.º, § 5.º, da Lei n.º 9.455/97. Além disso, os crimes praticados pelos acusados não condizem com o cargo de policial militar. Embora conhecessem os mandamentos legais, agiram em plena adesão de vontades e sequestraram a vítima com o fim de obter R\$600.000,00 de resgate, e a torturam. Tais condutas são altamente reprováveis, ainda que acreditassem que ela fosse traficante da região. Não é adequado e seguro permitir que permaneçam nos quadros do funcionalismo público estadual. Suas condutas violaram o dever para com a Administração Pública e a pena aplicada é superior a quatro anos, o que se enquadra na hipótese do art. 92, I, alínea 'b', do Código Penal.*

**RECURSO MINISTERIAL A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO"** (fls. 10-12).

Dai o presente **writ**, onde o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na negativa da Relatora do recurso de apelação de redistribuição do processo ao e. Desembargador Siro Darlan, haja vista que Relator do processo originário n. 0046476-73.2012.8.19.0066.

Requer, assim, a concessão da ordem para que sejam suspensos os efeitos da decisão proferida pela e. Desembargadora Maria Angélica Guerra Guedes da Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0018809-15.2012.8.19.0066, e anula-la, por violar frontalmente os princípios constitucionais do juiz natural, determinando a redistribuição do processo para relatoria do eminente Min. Siro Darlan.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 44-45.

Informações prestadas às fls. 61-81.

O Ministério Público Federal, às fls. 83-85, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer assim ementado:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. SUBVERSÃO À SISTEMÁTICA RECURSAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ACERCA DA PREVENÇÃO DO RELATOR APONTADO COMO RELATOR ORIGINÁRIO. WRIT DEFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS" (fl 83).*

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame.

Isto porque, como bem relatado pelo parecer ministerial, "*não consta dos autos nenhuma informação acerca de eventual prevenção do e. Desembargador Siro Darlan, apontado pelo impetrante como o relator originário do processo*" (fl. 85). O **impetrante deixou de juntar aos autos cópia da r. decisão que demonstra a prevenção alegada.**

A apontada deficiência de instrução obsta a exata compreensão da controvérsia, sendo pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que **é ônus do impetrante a correta instrução dos autos, no momento do protocolo da impetração ou da interposição do recurso**, sob pena de não

conhecimento do **mandamus** ou recurso. Sobre o tema:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO. TENTATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. RAZOABILIDADE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

***II - O impetrante não juntou aos autos cópia cópia da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, por ocasião do recebimento da denúncia, impedindo, em virtude da instrução deficiente, a exata compreensão da controvérsia, sendo pacífica a jurisprudência desta Corte de Justiça no sentido de que é ônus do impetrante a correta instrução dos autos, sob pena de não conhecimento do writ. (Precedentes).***

*III - Ademais, não analisada pelo eg. Tribunal a quo a questão atinente à fundamentação do decreto prisional, não cabe a esta Corte examinar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. (Precedentes).*

*IV - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes).*

*V - Na hipótese, apesar do atraso na instrução criminal, ele se justifica, notadamente pelas peculiaridades da causa, ressaltando que a defesa do paciente contribuiu em parte para o atraso da instrução processual, sendo que a decisão de pronúncia foi proferida em 05/06/2017, e remetidos os autos ao eg. Tribunal a quo, o recurso em sentido estrito foi julgado em 30/11/2017 e, atualmente, o feito encontra-se no juízo competente, o qual já deu prosseguimento à marcha processual, não havendo qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a*

*conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via. (Precedentes).*

*Habeas corpus não conhecido"* (HC n. 451.347/BA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 29/06/2018, grifei).

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO E RESTRITO. REQUISITOS DA CUSTÓDIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. SÚMULA N. 64/STJ. CONTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

**1. O habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído**

**2. Sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de apelação não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.**

**3. Embora o apelo criminal esteja pendente de julgamento, não se verifica ilegalidade no desenvolvimento da persecução criminal quando o recurso esteve em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, encontrando-se com certa demora em razão de desídia do defensor, que, devidamente intimado, deixou de apresentar as razões recursais no prazo legal, o que ensejou a baixa do processo para a intimação do paciente, sem que se possa configurar desídia por parte do Estado.**

**4. Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução provocado pela defesa (Súmula 64).**

**5. Habeas corpus denegado, com a recomendação celeridade ao julgamento da apelação criminal n. 0011957-49.2015.815.0011/PB"** (HC n. 445.031/PB, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 29/06/2018, grifei).

**Ademais**, do exame do v. acórdão reprochado, tem-se que o eg. Tribunal **a quo**, nos autos da apelação n. 0018809-15.2012.8.19.0066, objeto

da presente impetração, sequer apreciou tais questões, de maneira que sua análise diretamente por esta Corte fica impossibilitada, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Sobre o tema:

*"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE TESE DEFENSIVA. REGIME INICIAL MENOS GRAVOSO. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS PELA CORTE DE ORIGEM NO ACÓRDÃO COMBATIDO. APELAÇÃO CRIMINAL PENDENTE DE JULGAMENTO. INCOMPETÊNCIA DESTE STJ E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. QUANTIDADE DO TÓXICO. CIRCUNSTÂNCIAS DO FLAGRANTE. APREENSÃO DE QUANTIA EM DINHEIRO SEM COMPROVAÇÃO DE ORIGEM LÍCITA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM E SAÚDE PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO. [...]*

*2. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada sua incompetência para tanto e sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, das teses de nulidade da sentença por ausência de análise de tese defensiva apresentada nas alegações finais e o consequente excesso de prazo na custódia, tampouco de imposição de regime inicial mais gravoso que o permitido ou de possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista que tais questões não foram analisadas pelo Tribunal impetrado no aresto combatido, em razão da inadequação da via eleita, pendente de julgamento, ainda, apelação já interposta.*

*[...]" (HC 347.010/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 12/4/2016).*

*"PENAL. HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA.*

**SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CITAÇÃO POR EDITAL. COMPARECIMENTO DO RÉU EM JUÍZO POR INTERMÉDIO DE DEFENSOR CONSTITUÍDO. EVENTUAL NULIDADE SANADA. ART. 570 DO CPP. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

*1. A alegada ausência de fundamentação para a decretação da prisão preventiva do paciente não foi apreciada pelo Tribunal estadual, uma vez que já havia sido examinado o writ anterior. Em vista disso, evidencia-se a incompetência desta Corte Superior para examiná-la neste habeas corpus, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...]" (HC 133.743/PE, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 17/3/2016).*

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

**Relator**